

Internacionalização da Educação Superior: visão geral e experiência brasileira*The internationalization of higher education: overview and the Brazilian experience**Internacionalización de la Educación Superior: visión general y experiencia brasileña***Entrevista: Rossana Valéria de Souza e Silva**

Ana Sheila Fernandes Costa¹
Universidade de Brasília

Abdeljalil Akkari²
Universidade de Genebra

Joiciane Aparecida de Souza³
Haute Ecole Francisco Ferrer



Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1997). Concluiu seus estudos de Pós-Doutorado em Ciências da Educação na Université Paris 8, França (2002). É professora aposentada da Universidade de Brasília - UnB. Desde 2008, é Diretora Executiva do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras - GCUB. É Ex-Presidente do Conselho de Governo do Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe - UNESCO-IESALC. É Professora Visitante do Programa de Ética da Universidad del Azuay (Equador) e da Red Universitaria y Ciudadana de Ética y Bioética - RUCB (Equador). Foi consultora da Organização dos Estados Americanos - OEA, no Departamento de Desenvolvimento Humano, Educação e Emprego. Possui extensa experiência como coordenadora de programas e cursos internacionais para professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação. E-mail: rossana@gcub.org.br.

¹Doutorado em Ciências da Educação. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, (DF) Brasil. E-mail: anasheila@unb.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3724711272294120>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3714-0579>.

² Doutorado em Ciências da Educação. Universidade de Genebra, Genebra, Suíça. E-mail: abdeljalil.akkari@unige.ch; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4396-2635>.

³ Doutorado em Ciências da Educação. Haute Ecole Francisco Ferrer, Bruxelas, Bélgica. E-mail: joiciane.desouza@he-ferrer.eu; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0455-1155>.

Resumo: Em entrevista, a Profa. Dra. Rossana Valéria de Souza e Silva narra sua trajetória na gestão da cooperação internacional e compartilha experiências vivenciadas na Internacionalização da Educação Superior, em quase 25 anos de atuação. Seu percurso profissional, que coincide com o período de intensificação da implementação da internacionalização da Educação Superior no Brasil, revela o importante papel desempenhado em ações empreendidas em níveis de políticas públicas nacionais e institucionais. Por fim, nossa entrevistada ressaltar os desafios, as mudanças e avanços observados na cooperação internacional universitária e sinaliza possíveis caminhos para seu incremento e consolidação.

Palavras-chave: Internacionalização da Educação Superior; Gestão da cooperação internacional; Políticas Públicas; Políticas Institucionais.

Abstract: In the present interview, Prof. Dr. Rossana Valéria de Souza e Silva narrates her trajectory with international cooperation management and shares experiences lived in the Internationalization of Higher Education, in almost 25 years of experience/activity. Her professional career, which coincides with a period when the implementation of the internationalization of Higher Education in Brazil was intensified, reveals the important role played in actions undertaken at national and institutional public policy levels. Finally, our interviewee highlights the challenges, changes and advances observed in international university cooperation and indicated possible paths for its increase and consolidation.

Keywords: Internationalization of Higher Education; International cooperation management; Public Policies; Institutional Policies.

Resumen: En entrevista, la Prof. Dra. Rossana Valéria de Souza e Silva narra su trayectoria en la gestión de la cooperación internacional y comparte sus experiencias en la Internacionalización de la Educación Superior, en casi 25 años de experiencia. Su carrera profesional, que coincide con el período de intensificación de la implementación de la internacionalización de la Educación Superior en Brasil, revela el importante papel desempeñado en las acciones emprendidas a nivel de políticas públicas nacionales e institucionales. Finalmente, nuestra entrevistada destaca los desafíos, cambios y avances observados en la cooperación universitaria internacional y señala posibles caminos para su incremento y consolidación.

Palabras clave: Internacionalización de la Educación Superior; Gestión de la cooperación internacional; Políticas Públicas; Políticas Institucionales.

Recebido em: 10 de janeiro de 2024

Aceito em: 10 de fevereiro de 2024

REPOD: Conte-nos sobre sua trajetória na gestão da cooperação internacional universitária

Rossana Valéria de Souza e Silva: Formalmente, minha trajetória na gestão da cooperação internacional começou na Universidade Federal de Uberlândia-UFU, no início da primeira década dos anos 2000. Nesse período criamos a Assessoria de Relações Internacionais da UFU- a ASDRI. Trabalhei nesse setor, como Assessora de Relações Internacionais-ARI, até o final do ano de 2008.

Antes da ASDRI, a UFU já possuía experiências em cooperação internacional, porém mais direcionadas para a cooperação com a França e para as áreas das engenharias. O surgimento

da ASDRI levou à definição de uma política de internacionalização para a instituição; à ampliação da cooperação internacional para vários países de diferentes continentes e para todas as áreas do conhecimento; ao fortalecimento da inserção da UFU em programas nacionais de internacionalização, como o PEC-G e o PEC-PG e ao aumento da mobilidade de estudantes de graduação, de pós-graduação, de professores e pesquisadores. Além disso, importantes eventos internacionais foram realizados nesse período. É possível afirmar que foi a partir desse período que diferentes setores da UFU passaram a conhecer melhor e a se envolver com as dinâmicas que estão relacionadas à cooperação internacional universitária.

Ainda durante o período em que atuei como ARI na UFU, fui também membro da CRIA, Comissão de Relações Internacionais da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições de Educação Superior – ANDIFES. Como membro da CRIA, no ano de 2008, fui designada pela Diretoria da ANDIFES para trabalhar no projeto de criação da Associação que foi inicialmente chamada de Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras-GCUB.

O GCUB, foi criado em Brasília, em 29 de outubro de 2008, como uma Associação de Reitores(as), com a finalidade precípua de promover e fortalecer a internacionalização das suas universidades associadas, por meio da cooperação com instituições localizadas em todos os continentes.

A primeira Diretoria eleita do GCUB, no final de 2008, me convidou para atuar como Secretária Executiva da Associação. Dessa forma, me mudei para Brasília e alguns anos mais tarde, me tornei Diretora Executiva do GCUB.

A denominação Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras Essa foi alterada em 30 de outubro de 2020 para Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras. Contudo, a sigla continuou a mesma.

Durante o período que estou no GCUB, tive algumas experiências as quais acredito que contribuíram e ainda contribuem para a gestão da cooperação internacional da Associação. Posso citar algumas delas: fui membro do comitê de expertos da Agência Universitária da Francofonia-AUF; membro e em seguida, presidente do Conselho Diretor da UNESCO/IESALC; participei da Diretoria do Fórum de Gestão da Educação Superior dos países e regiões de língua portuguesa-FORGES; e, participo há vários anos do Conselho Executivo da União para o Desenvolvimento das Universidades para a América Latina e o Caribe – UDUALC. Também faço parte da Rede Universitária e Cidadã de Ética e Bioética - RUCEB (Equador).

REPOD: Como a internacionalização da Educação Superior tem influenciado o cotidiano das universidades ao longo dos últimos anos?

Rossana Valéria de Souza e Silva: A cooperação internacional tornou-se essencial para o desenvolvimento e fortalecimento das universidades nos últimos tempos. Pequenas e grandes universidades, localizadas em países dos cinco continentes, reconhecem o valor da cooperação internacional. Essa cooperação é realizada tanto com outras universidades, como com redes e associações internacionais, com instituições de investigação ou com setores relacionados com a cultura, tecnologia e inovação.

Principalmente nas últimas três décadas tornou-se imperativo que todas as instituições de ensino superior, especialmente as universidades, cooperassem com instituições de outros países, para conhecerem as suas experiências, os seus sistemas de ensino superior e de investigação. Além disso, para compreender como diferentes culturas se organizaram e se desenvolveram; para analisar as diferenças socioeconômicas e culturais referentes aos países e para trocar experiências referentes à pesquisa e à inovação. Proporcionar o domínio de outros idiomas, também tem sido um propósito da cooperação internacional na educação superior.

É possível dizer que nenhuma universidade no mundo é tão forte que não tenha nada a aprender com outra. Da mesma forma, não existe universidade que não tenha nada a ensinar a

outra instituição. Este é talvez um dos princípios mais importantes a ser considerado na cooperação universitária internacional.

As mudanças ocorridas no contexto mundial desde a segunda metade do século XX conduziram a mudanças importantes no Ensino Superior, com impactos relevantes nas políticas públicas educativas, nos modelos de ensino universitário, na investigação e na relação entre as universidades e a sociedade.

A mobilidade internacional de estudantes, tanto de graduação quanto de pós-graduação, tornou-se nas últimas três décadas uma das características mais marcantes da cooperação universitária internacional e trouxe impactos muito positivos para o ensino superior.

Um dos principais impactos está relacionado a uma maior diversidade cultural nas salas de aula. Desde a segunda metade da última década do século XX, registou-se um aumento significativo do número de estudantes de diferentes continentes e de diferentes culturas em mobilidade internacional. Nesse contexto, ganham destaque as discussões sobre o respeito à diversidade e às diferenças socioculturais.

Outro impacto importante relacionado à cooperação internacional refere-se às mudanças na trajetória acadêmica dos estudantes de graduação e pós-graduação e nos modelos curriculares. Enquanto os modelos curriculares tradicionais eram organizados em cursos consecutivos, realizados na mesma instituição, durante quatro, cinco ou até seis anos de formação, os novos modelos permitem diferentes percursos envolvendo uma ou mais instituições estrangeiras.

Nesses novos formatos, um aluno de graduação pode iniciar seu curso em sua instituição de origem, realizar estudos em duas ou três outras instituições e receber um diploma assinado pelas autoridades de três ou quatro universidades, o que se convencionou chamar de “diploma conjunto”. Além disso, pode-se citar o “duplo diploma” obtido a partir de estudos realizados na instituição de origem e em instituição parceira.

Da mesma forma, nos cursos de pós-graduação tornou-se comum e desejável que mestrandos e doutorandos realizassem parte de seus estudos e desenvolvessem parte de pesquisas, em instituição estrangeira. Tanto os estágios internacionais quanto a codireção de teses, com ou sem obtenção de dupla titulação, passaram a fazer parte da rotina dos cursos de pós-graduação e, principalmente, para indicar o nível de internacionalização de seus cursos e instituições.

A capacidade de atrair estudantes de outros países tornou-se um importante indicador do grau de internacionalização das universidades e um elemento-chave para a presença da instituição em rankings internacionais. Outro impacto importante causado pela cooperação universitária internacional no ensino de graduação e pós-graduação está relacionado à exigência de domínio de idiomas. Além da importância do domínio da língua inglesa, as discussões centradas nas competências do plurilinguismo e do multilinguismo tornam-se cada vez mais fortes.

A intensificação da cooperação universitária internacional traz mudanças significativas e produz impactos muito positivos no cotidiano das instituições. Uma universidade mais acolhedora, integrada internacionalmente com outras instituições, com modelos de ensino mais flexíveis e que permita uma convivência multicultural mais ampla, é certamente desejável. Contudo, a cooperação universitária internacional também é capaz de trazer impactos negativos, pois, dependendo da política de internacionalização da instituição, pode intensificar as desigualdades e aumentar a distância entre aqueles capacitados para ter experiências internacionais e aqueles que, por motivos diversos, possuem limitações, especialmente socioeconômicas. O alargamento das diferenças exprimir-se-á, por exemplo, mas não só, no valor que será atribuído pelo mercado de trabalho ao diploma de quem teve e de quem não teve uma experiência internacional no seu percurso universitário.

Finalmente, a cooperação universitária internacional também tem impacto na formação do corpo docente das instituições. Isso se expressa tanto na priorização da contratação de professores que tenham experiências internacionais e que falem mais de um idioma, como na mobilidade de professores visitantes de diferentes países e culturas. No contexto internacional, atrair professores estrangeiros para atuarem como professores visitantes é tão importante quanto a mobilidade internacional dos estudantes de graduação e de pós-graduação.

REPOD: Tratando especificamente das ações desenvolvidas visando a materialização da cooperação internacional universitária, quais mudanças observadas ao longo dos últimos anos contribuíram para seu fortalecimento e consolidação nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras?

Rossana Valéria de Souza e Silva: Uma das principais mudanças que se observa nos últimos anos, no que se refere ao fortalecimento da cooperação internacional universitária, é a incorporação dessas instituições a associações ou redes universitárias.

Algumas vantagens do trabalho em rede estão relacionadas à capacidade de envolvimento com muitas instituições, sejam elas do mesmo país, ou de países e continentes diferentes. Além disso, as redes potencializam os números da mobilidade acadêmica, de estudantes, professores e pesquisadores. As redes e associações também possibilitam discussões relevantes sobre as políticas de Educação Superior e de internacionalização universitária. Essas organizações têm, ainda, a capacidade técnica e operacional para desenvolver diferentes estratégias conjuntas de mobilização e de mobilidade da comunidade acadêmica, por meio da promoção de eventos, cursos, missões internacionais e publicações.

Um exemplo bem-sucedido de trabalho em rede no Brasil é o Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras – GCUB. Essa Associação reúne, atualmente, 101 instituições de Educação Superior, 95 brasileiras, e seis estrangeiras. O GCUB tem como finalidade precípua a internacionalização das suas universidades associadas, com instituições localizadas nos cinco continentes. Dentre seus parceiros internacionais, encontram-se outras redes e associações, como a UDUALC, AUF, ANUIES e ASCUN; organizações internacionais, como a UNESCO, OEA, OSC e a OPS; Centros culturais; órgãos governamentais e universidades localizadas em diferentes partes do mundo.

Por meio de programas de mobilidade, o GCUB possibilita, anualmente, o intercâmbio de conhecimento e de experiências culturais para milhares de estudantes de graduação, de pós-graduação, professores e pesquisadores.

A comunicação e o trabalho entre as redes e as associações também têm se mostrado benéficos para a internacionalização de suas instituições associadas, especialmente, pela diminuição do tempo e dos custos para a concretização das ações.

Outra importante mudança observada nos anos recentes está relacionada à cooperação internacional universitária virtual. Especialmente após a Pandemia da Covid-19, muitas atividades, antes realizadas prioritariamente na modalidade presencial, adotaram o formato virtual. Nisso se incluem as bancas de qualificação e de defesa de mestrado e de doutorado. Atualmente, é comum a composição de bancas em formato híbrido ou totalmente virtual, com membros externos de outros países.

REPOD: Ao longo desses vários anos de atuação, quais as experiências de internacionalização que você considera mais exitosas? O que caracteriza essas experiências?

Rossana Valéria de Souza e Silva: Ao falarmos sobre experiências exitosas de internacionalização no Brasil, não podemos deixar de citar o Programa Ciência sem Fronteiras-CsF, criado pelo governo federal em 2011, na gestão da Presidente Dilma Rousseff. Como é sabido, o Programa tinha como meta inicial a distribuição de 101.000 bolsas de estudo, entre os anos de 2011 e 2015. O propósito era incentivar a formação acadêmica no exterior.

É fato que o CsF apresentou várias limitações tais como: as falhas no sistema de acompanhamento dos programas de estudo dos estudantes de graduação; a falta de uma

análise mais rigorosa ou de uma preparação prévia em idiomas, de forma a dar mais subsídios para o êxito dos estudantes; a ausência de um sistema de acompanhamento dos estudantes no exterior; e, principalmente, o caráter pouco ou nada inclusivo do programa. Contudo, o CsF conseguiu colocar a Educação Superior do Brasil e seu propósito de internacionalização no debate e no cenário internacional. Não importava o tamanho do país ou o continente em que estava localizado, todos conheciam, debatiam e, se não faziam parte do programa, gostariam de fazer.

O programa foi encerrado em 2017, na gestão do presidente interino Michel Temer, sem que fosse feita uma rigorosa e ampla avaliação, por parte do governo federal. Especialmente, sobre seu impacto, resultados obtidos, pontos negativos e positivos. Além do que, nada foi proposto em substituição ao programa.

Antes mesmo do Programa Ciência sem Fronteiras, destaco como experiência exitosa o Programa de Licenciaturas Internacionais-PLI. O PLI foi um programa criado pelo GCUB e desenvolvido com o apoio do Ministério da Educação, especificamente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEF. Tratava-se de um programa de graduação sanduíche, com dupla titulação dirigido para estudantes dos cursos de licenciatura das áreas de: Química, Física, Matemática, Biologia, Artes, Letras e Educação Física. A inscrição dos projetos, feita na plataforma da CAPEF, era institucional.

O propósito do PLI era fortalecer as licenciaturas dando aos(as) estudantes a possibilidade de realizarem parte de seus estudos em renomadas instituições no exterior. Dava-se prioridade aos estudantes que tivessem estudado pelo menos dois anos do ensino médio em escolas públicas.

O PLI chegou a enviar mais de 250 estudantes por ano para o exterior. Seu projeto inicial, inovador, previa que três professores responsáveis pelo projeto institucional aprovado pela CAPEF, preparassem os estudantes, antes da saída do Brasil; durante a permanência no exterior e os reintegrassem à instituição de origem após o regresso ao Brasil.

A parceria inicial para o envio dos estudantes, se estabeleceu com a Universidade de Coimbra, estendendo-se, posteriormente, para outras universidades portuguesas. Em seguida, um pequeno grupo de instituições francesas passaram a receber os estudantes. Porém, nessa fase, características importantes do caráter de inclusão social do programa haviam sido modificadas e o GCUB, apesar de ser o criador do programa, já não participava de sua gestão e decisões.

Apesar da relevância social do programa, o PLI foi extinto pela CAPEF, após o início do Programa Ciência sem Fronteiras. Perdeu-se assim a possibilidade de dar uma formação internacional aos estudantes que menos condições possuíam e possuem de participar de programas de mobilidade fora do Brasil. Isso porque, como sabemos, nas licenciaturas se concentram muitos estudantes originários de famílias com baixo poder aquisitivo. Em distintas ocasiões os vi relatar todas as dificuldades que tiveram para ingressar na Educação Superior e para participar desse programa internacional.

Em outro âmbito, na esfera dos programas desenvolvidos especificamente por redes ou associações de universidades, cito a experiência exitosa do Programa Bolsas Brasil, criado pelo Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras-GCUB, e executado a partir de forte e importante parceria com a Organização dos Estados Americanos-OEA, com o apoio da Divisão de Temas Educacionais do Ministério de Relações Exteriores do Brasil-DCE/MRE e da Organização Panamericana de Saúde- OPS.

O Programa Bolsas Brasil teve início em 2011. Seu objetivo principal foi formar, em nível de mestrado e de doutorado, estudantes qualificados do continente americano, em particular, dos países membros da OEA. Durante onze edições, as universidades associadas ao GCUB ofereceram anualmente, em média, 500 bolsas de estudo, nos mesmos valores recebidos pelos estudantes brasileiros que realizam cursos de mestrado e doutorado no Brasil. Nesses onze anos foram oferecidas mais de 4.500 bolsas, em todas as áreas do conhecimento para estudantes de mais de 30 países do Continente. Por sua vez, a OEA oferecia um subsídio de U\$1,200.00 para os 150 estudantes melhores classificados.

O êxito do Programa Bolsas Brasil esteve em sua capacidade de unir esforços, de trabalhar em parceria com importantes organizações internacionais, como a OEA, com a OPS, com as universidades brasileiras, e de contar permanentemente com o apoio do MRE-Brasil, tanto com a DCE quanto como com a Missão Permanente do Brasil junto à OEA. Ademais, o programa teve um caráter muito inovador, por exemplo: a) ao criar as figuras dos coordenadores e vice-coordenadores institucionais, professores doutores, responsáveis por acompanhar os estudantes em suas respectivas instituições e atuar como pontos focais na relação entre o GCUB, a OEA, os demais parceiros e apoiadores e as universidades brasileiras; b) ao possibilitar que os estudantes ingressem nas universidades sem a proficiência em português, mas que apresentem o certificado de proficiência antes da defesa da dissertação ou tese; c) ao demonstrar a importância da interiorização da internacionalização, uma vez que os estudantes eram distribuídos entre universidades localizadas nas capitais e no interior, grandes, médias e pequenas, antigas, novas e novíssimas instituições, afastando o viés da internacionalização concentrada nos grandes centros; e, d) ao se fundamentar nos princípios de inclusão social, ao considerar além do mérito avaliado exclusivamente pelas universidades, o IDH dos países dos estudantes previamente aprovados pelas instituições.

Foi o sucesso do Programa Bolsas Brasil que levou o GCUB a ampliar essa experiência, ao criar em 2022 o Programa GCUB-Mob. Esse programa, possibilita que universidades brasileiras recebam estudantes dos cinco continentes para realização de seus estudos de mestrado ou de doutorado. O GCUB-Mob é realizado em parceria e com o apoio de diferentes instituições tais como: Ministério das Relações Exteriores do Brasil-MRE; Organização dos Estados Americanos-OEA; Organização para a Cooperação do Sul-OSC; Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa-CONFAP; União das Universidades da América Latina e do Caribe-UDUALC; Comissão da Unesco no Brasil e Agência Universitária da Francofonia-AUF.

Nas duas primeiras edições do GCUB-Mob, foram recebidas quase 10 mil inscrições de candidatos de mais de 110 países, localizados nos cinco continentes. Também vale destaque a adesão das universidades associadas ao GCUB: mais de 60 universidades ofereceram nas duas primeiras edições do programa, mais de 2000 bolsas mensais para que os estudantes realizassem seus estudos de mestrado (dois anos) ou doutorado (três ou quatro anos) no Brasil. Além disso, as diferentes instituições parceiras apoiam os estudantes com auxílios instalação, seguro internacional e/ou passagens aéreas. O propósito é tentar garantir que os estudantes não deixem de realizar seus estudos no Brasil por falta de condições financeiras. Isso porque, o GCUB-Mob se fundamenta nos mesmos princípios, já elencados, do Programa Bolsas Brasil. A gestão dos programas Bolsas Brasil e GCUB-Mob cria uma nova dinâmica na internacionalização da educação superior no Brasil uma vez que um número muito grande de pessoas está envolvido: equipe do GCUB em Brasília; professores dos programas de pós-graduação; assessores/pró-reitores/diretores/coordenadores de relações internacionais; pró-reitores de pós-graduação e reitores(as). Essa gestão também envolve todos os parceiros nacionais e internacionais do programa.

O GCUB-Mob altera os mapas da pós-graduação e da internacionalização das universidades brasileiras ao possibilitar que estudantes de países muito distintos e longínquos realizem seus estudos de pós-graduação no Brasil. O programa contribui para o multiculturalismo no âmbito da pós-graduação e para o aprendizado do respeito à diversidade humana.

REPOD: Uma preocupação manifestada ao longo dos últimos anos entre os governos e universidades da região foi o incremento da cooperação universitária por meio da criação de planos de internacionalização, projetos e programas; conte-nos sua experiência em ações voltadas para internacionalização Sul-Sul e mais especificamente com o Brasil. Como ampliar e fortalecer a colaboração entre os países do Sul?

Rossana Valéria de Souza e Silva: Minhas experiências em ações voltadas para a internacionalização Sul-Sul, têm início com o meu trabalho como Assessora de Relações Internacionais da UFU. Naquela ocasião, tentei mostrar para a comunidade acadêmica da UFU que a internacionalização deve envolver todos os continentes e destaquei, em diversas ocasiões, em especial nas reuniões dos conselhos superiores, a importância da cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, no período que dirigi a ASDRI, participei de reuniões no Ministério da Educação voltadas para a criação de programas de mobilidade no âmbito do Mercosul, dentre eles o programa MARCA. Além disso, foi nesse período, meados dos anos 2000, que iniciei uma forte e duradoura relação com Cuba, que permanece até hoje. Chefeei a delegação dos(as) reitores(as) brasileiros(as) para Cuba e atuei como o ponto focal entre o Ministério da Educação Superior de Cuba e as instituições brasileiras para o I Encontro de Reitores Brasil-Cuba. Em seguida, organizei a mobilidade de um pequeno grupo de estudantes do curso de Direito da UFU para Cuba e recebemos uma estudante cubana que além de realizar seus estudos no âmbito da mobilidade, fez estágio na COPEV. Com o importante e constante apoio da reitoria da UFU, tivemos a oportunidade de enviar um professor para a Bolívia e fortalecemos a cooperação com universidades mexicanas. Também reinserimos a UFU no Programa Estudantes Convênio de Graduação-PEC-G e no Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação-PEC-PG.

Apesar de os números serem ínfimos o significado político dessas ações foi grandioso uma vez que quebrava tabus e tentava desconstruir a ideia de que a cooperação internacional se faz unicamente com grandes instituições de países desenvolvidos. Essas pequenas, porém, significativas ações, tentavam mostrar para a comunidade acadêmica que a cooperação internacional deve ser ampla, aberta e realizada sem preconceitos. Além disso, enfatizava a importância do fortalecimento regional, por meio da cooperação Sul-Sul.

Posteriormente, atuando no GCUB, tive a oportunidade de criar e gerenciar alguns outros programas voltados para a cooperação Sul-Sul. Mencionei de forma resumida, quatro deles. O primeiro é o Programa de Mobilidade Internacional Brasil-México-BRAMEX, desenvolvido entre o GCUB e a Associação Nacional de Universidades do México-ANUIES, com o apoio do MRE-Brasil e da Secretaria de Relações Exteriores do México-SER. Nas nove primeiras edições, o BRAMEX intercambiou mais de mil estudantes de graduação do Brasil e do México. Em 2023, o programa foi ampliado e intercambiou estudantes de graduação, pós-graduação, professores e pesquisadores. As universidades receptoras oferecem hospedagem e alimentação para os participantes da mobilidade.

O segundo programa é o Programa de Mobilidade Internacional Brasil-Colômbia-BRACOL. Até o momento, o BRACOL é restrito à mobilidade de estudantes de graduação e se desenvolve nos mesmos moldes do BRAMEX. O BRACOL está em sua 11ª edição e já possibilitou o intercâmbio de mais de 1600 estudantes do Brasil e da Colômbia.

O terceiro é o ProAfri, Programa de Formação de Professores de Educação Superior Brasil-África, promovido pelo GCUB em parceria com o Ministério de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Formação Profissional de Moçambique, com o apoio do MRE-Brasil. O ProAfri tem como objetivo principal possibilitar que professores que já atuam na Educação Superior em países africanos, obtenham seus graus de mestres e doutores em universidades brasileiras e se qualifiquem para atuarem em seus países. As três primeiras edições do programa, foram restritas a Moçambique e beneficiaram quase 200 professores. As universidades associadas ao GCUB, oferecem para os professores africanos, bolsas mensais, nos mesmos valores percebidos pelos estudantes brasileiros.

O quarto é o Programa de Formação de Professores de Educação Superior da América Latina e do Caribe-PROLAC. O programa tem como principal objetivo aumentar o número de mestres e doutores na região, com vistas à melhoria da Educação Superior. Criado pelo GCUB, o PROLAC é desenvolvido em parceria com fortes associações e conselhos de reitores(as) de universidades da região: UDUALC, ANUIES, ASCUM e CSUCA. As universidades dessas instituições, oferecem bolsas totais ou parciais para os professores, que se distribuem nos

diferentes países da região. Mais de 900 vagas, com bolsas parciais ou integrais, foram ofertadas pelas universidades integrantes do PROLAC.

Além desses quatro programas, destaco o Programa Bolsas Brasil, cujas informações já foram mencionadas na resposta à pergunta anterior.

Nas últimas décadas tenho participado em diferentes fóruns que discutem a importância da cooperação Sul-Sul, tanto promovidos por órgãos governamentais quanto não-governamentais. Entendo que a ampliação e o fortalecimento da cooperação Sul-Sul, para que seja mais efetiva, necessitaria de políticas mais contundentes dos países da região que considerassem a importância do fortalecimento e da integração regional. A cooperação internacional universitária Sul-Sul, é apenas uma parte, porém uma parte de extrema importância, desse contexto mais amplo.

REPOD: Por fim, quais experiências têm contribuído de forma mais incisiva para a democratização de ações e práticas de internacionalização da Educação Superior no Brasil?

Rossana Valéria de Souza e Silva: Eu considero que não existe no Brasil ações incisivas para a democratização da internacionalização da Educação Superior. Em primeiro lugar, porque não existe uma política nacional para a internacionalização da Educação Superior. O que temos, até o momento, são ações e programas pontuais, pouco ou nada democráticos.

Vamos considerar a questão dos idiomas: aproximadamente 1% da população brasileira é fluente em inglês e esse percentual se reflete nas instituições de Educação Superior. Além disso, apesar de estarmos rodeados por países de língua espanhola, é ínfimo o número de brasileiros fluentes nesse idioma. Isso porque, no Brasil nunca houve uma forte política nacional de um ensino sério de idiomas na Educação Básica. O que prevalece é o faz de conta: as aulas de inglês, por exemplo, estão inseridas no currículo escolar, com 50 minutos de aula, no máximo duas vezes por semana. Resultado: os alunos concluem a Educação Básica, sem condições mínimas de comunicação nesse idioma.

Porém, existe sempre uma outra via para aqueles que podem pagar para acessá-la: as famílias mais favorecidas economicamente, matriculam seus filhos em boas escolas privadas de inglês ou de outros idiomas, realizam viagens internacionais e, muitas vezes, os enviam para um período de estudos no exterior. São esses jovens que ao ingressar na universidade estarão aptos para participar dos programas de mobilidade internacional. Não apenas porque dominam um ou mais idiomas, mas porque poderão arcar com os custos de mais uma experiência internacional, dessa vez oferecida pela universidade.

Além disso, não existe um programa nacional de bolsas integrais para os estudantes da graduação, muito menos um programa que combine os estudos no exterior com uma preparação prévia no idioma do país a ser visitado. Conclusão: os estudantes das famílias desfavorecidas não participam dessas experiências internacionais seja porque não dominam outros idiomas, seja porque não têm condições de pagar por elas, ou por ambas as situações. Infelizmente, professores e estudantes de pós-graduação, também são afetados por esse contexto excludente.

Carecemos de uma política nacional de internacionalização para a Educação Superior, delineada com base em princípios democráticos e inclusivos que beneficiem a totalidade da comunidade universitária. A internacionalização que temos atualmente, não é democrática e é extremamente excludente.

Referências

DA SILVA JUNIOR, J. D. R.; KATO, F. B. G. A política de internacionalização da educação superior no plano nacional de pós-graduação (2011-2020). *Revista Internacional de Educação Superior*, v.2, n.1, p.138-151. 2016.

PEREIRA, P.; HEINZLE, M. R. S. 2017. A internacionalização da educação superior e o Plano Nacional de Educação 2014-2024: diretrizes, metas e estratégias. *Revista Internacional de Educação Superior*, v.3, n.1, p.186-202. 2017.

SATO, E. Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v.4, n.1, p.46-57. 2010.

ULLRICH, D.; CARRION, R. Gestão da cooperação internacional para o desenvolvimento sul-sul à luz dos postulados e princípios da gestão social. *Caderno CRH*, v.28, n.75, p.657-669. 2015.